

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039/040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni e Ademar Traiano (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 12/2001

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do

Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para exercício financeiro de 2002.

Com a recente publicação da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como “Lei de Responsabilidade Fiscal”, ficaram os Estados obrigados, na forma do seu artigo 1º, § 2º, ao cumprimento de novas normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina maior integração entre os instrumentos básicos de gestão do governo (o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual), exigindo publicação de relatórios bimestrais (sobre a execução orçamentária) e quadrimestrais (sobre a gestão fiscal), além da divulgação anual das contas de execução física e financeira.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de oito capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública estadual;

II - a estrutura e organização dos Orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2002 são decorrentes da programação estabelecida no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28.12.99.

O Anteprojeto da LDO apresenta o anexo de metas fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, projetados para os exercícios de 2002, 2003 e 2004.

O Poder executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

Sala das sessões, em 17.04.2001.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei estadual nº 12.824, de 28.12.99 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2002.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apóiem ações voltadas para o combate à pobreza, a segurança pública, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

Capítulo II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) **Programa**: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforço com recursos humanos, materiais, e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) **Atividade**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) **Projeto**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) **Operações Especiais**: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviço.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas com suas respectivas dotações indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o caput deste artigo será apresentada no projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte orçamento:

- RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO -
Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

00 - Ordinário não Vinculado;

05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

12 - Retorno do Prosam;

13 - Títulos do Tesouro Estadual;

23 - Renda do fundo Penitenciário;

24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsaude;

25 - Venda de Ativos e/ou Devolução de Capital Subscrito;

26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - Feap;

28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

29 - Taxa de Polícia - Funrespol;

31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

32 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
38 - Taxa Ambiental;
39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
41 - Retorno de Programas Especiais - FDU

CONVÊNIOS DO TESOIRO - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

07 - Convênios com Órgãos Federais;
33 - Convênios com o Exterior.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

14 - Operação de Crédito Interna - Não Vinculada;
20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada;
30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 meses/Bird;
34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Prosam/Bird;
35 - Operação de Crédito Externa vinculada - PQE/Bird;
36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem-BID;
37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;
40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental- Paranásan/JBIC;
42 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano;
44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidariedade.

SALÁRIO EDUCAÇÃO - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

16 - Cota-parte da Contribuição do Salário Educação - Cota estadual.

FUNDEF - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

RECURSOS DE OUTRAS FONTES - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

50 - Diretamente Arrecadados;
51 - Operação de Crédito Interna;
52 - Operação de Crédito Externa;
53 - Cota-parte das Rendas das Loterias Estaduais;
54 - Multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
55 - Transferências da União - SUS;
56 - Reposição Florestal - Serflor;
70 - Aumento de Capital Social;
81 - Convênios com órgãos Federais;
82 - Convênios com órgãos do Estado;
83 - Convênios com o Exterior;
84 - Outros convênios;

92 - Cota-parte da Contribuição do Salário Educação - cota federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária anual, será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

. Pessoal e Encargos Sociais
. Juros e Encargos da Dívida
. Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

. Investimentos. Inversões Financeiras
. Amortização da Dívida
. Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O orçamento de Investimento das Empresas Públicas e sociedade de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2002 à Assembléia Legislativa.

Art. 8º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo II contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Próprios das autarquias, fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia

Mista, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado

Art. 10 - A elaboração do projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2002, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 11 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 12 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....5,0%
- Poder Judiciário.....8,5%
- Ministério Público.....3,3%

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04.09.2001, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30.06.2001, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) e novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30.06.2001.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executadas;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 17 - A receita de recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 18 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08.03.2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela desti-

nada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação, sob a forma de distribuição de receitas.

Art. 19 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2002 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$9.982.500.000,00 (nove bilhões, novecentos e oitenta e dois milhões e quinhentos mil reais), a preços de 30.06.2001, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 20 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 22 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 23 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

§ 1º - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

I - A Mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa, conterá quadro demonstrativo dos recursos do Tesouro do Estado transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, previstos no § 2º deste Artigo.

Art. 24 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridades na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 25 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20.07.2001, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01.07.2001, a serem incluídos no orçamento de 2002, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 01.07.2001, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 26 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 12 desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição estadual e com a Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco

por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º.07.2001;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 30 desta Lei.

Art. 27 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um Órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até	5%
Secretaria de Estado da Integração Regional	até	2%
Secretaria de Estado do Governo	até	3%
Produtoria Geral do Estado	até	1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até	4%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL	até	9%
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	até	13%
Secretaria de Estado da Fazenda	até	9%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA	até	13%
Secretaria de Estado de Obras Públicas	até	1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até	1%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	até	18%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	até	3%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até	5%
Secretaria de Estado da Cultura	até	5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família	até	6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho	até	3%
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo	até	7%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até	15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	até	4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até	12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até	25%
Secretaria Especial da Política Habitacional	até	10%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	até	5%

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 28 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 29 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação de Lei Orçamentária.

Art. 30 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Capítulo IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 31 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2001, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrente de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Capítulo V

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 32 - No exercício financeiro de 2002, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2ª - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguinte percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas.

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário.

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo.

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior. O disposto neste parágrafo aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite de despesas com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§ 4º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterà em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2001 e a estimativa para 2002, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 34 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 35 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 36 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2002, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Capítulo VII

Disposições Transitórias

Art. 37 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2002, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo VIII

Demais Disposições

Art. 38 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 39 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 15 desta Lei.

Art. 40 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002, os anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 41 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 42 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 43 - O Poder Executivo fica autorizado a proceder na elaboração dos Orçamentos para 2002, as alterações provenientes de Reformas Administrativas, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002 - à Assembléia Legislativa.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo I

Metas Fiscais

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal firmado em 30 de outubro de 1998 entre o governo do Paraná e a União e reavaliado durante o primeiro quadrimestre do corrente ano de 2001, constitui-se no marco norteador do processo de equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná e na referência principal a ser tomada em conta na elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2002.

O cumprimento das metas pactuadas no Programa foi verificado por missões técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional, em trabalho conjunto com a equipe econômico-financeira do governo estadual, estando em fase final de estudos e definições a projeções das metas do Programa de Ajuste Fiscal para o triênio 2001 - 2003, as quais, conforme já assinado, balizarão a proposta orçamentária para o próximo ano.

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Parana Previdência no final deste exercício de 2001, conforme previsto na Orçamentária respectiva, combinando-se o regime contributivo atuarial com a cobertura do déficit previdenciário reconhecido na Constituição Estadual (artigo 38 das Disposições Transitórias), mediante o aporte de recursos provenientes da venda de ativos do Estado, conforme previsto na lei estadual autorizativa e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel irá propiciar a capitalização da Parana Previdência e, conseqüentemente, a redução dos gastos do Tesouro Especial com inativos e pensionistas, criando condições para recuperação da capacidade de investimento do Estado nos programas prioritários para a população paranaense.

No mesmo sentido, a reforma administrativa iniciada em janeiro de 2001 a ser completada ao longo deste ano, bem como assunção, pela Parana Previdência, do pagamento da folha de aposentadoria e pensões, irá recompor os percentuais dos gastos do Tesouro Estadual

com pessoal, situando-os dentro dos limites requeridos pela Lei. Fica, entretanto, assumido como regra geral, o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias da atuação do Estado, especialmente na área da segurança pública.

As variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal.

2. Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75 e no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como a criação ou a elevação de despesas obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da referida Lei Complementar nº 101, não ocorrerão no exercício de 2002, motivo pelo qual se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assinalamos que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado não envolve a renúncia de qualquer parcela de arrecadação preexistente, que pudesse gerar hiato de recursos e exigir cortes de outras despesas ou elevação de outras receitas. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perda ou redução, que seriam as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar nº 24/75.

Por outro lado, o parcelamento da cobrança de receitas tributárias, por concessão de moratória prevista nos artigos 152 a 155 - A do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25.10.66), ou a sua eventual canalização, nos termos da lei estadual nº 9.895, de 08/01/92, por via orçamentária, para o apoio a programas de industrialização, não só atende ao requisito da prévia geração de receita fiscal para suporte das ações de fomento, como também - pela natureza dessas aplicações - não estarão elas catalogadas como elevação de despesa de caráter continuado.

Nessa linha de raciocínio, e em harmonia com a própria orientação da política de reestruturação e de ajuste fiscal adotada em todo o país com o apoio do Governo Federal, ganha particular relevo a atuação da Agência de Fomento do Paraná S.A. e de Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado.

3. Evolução do patrimônio líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1999 a 2000, foram alienados ativos do Estado no valor de R\$3.300.168.888,41 (três bilhões, trezentos milhões,

cento e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), destacando-se a venda de ações do Banestado, com o montante de R\$1.613.452.366,73 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil, e setenta e três centavos), o qual foi utilizado integralmente na amortização da dívida proveniente do saneamento do Banestado, a antecipação dos Royalties, compreendendo R\$1.679.356.521,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), que possibilitou a capitalização da Paranáprevidência com títulos públicos, cujos rendimentos já estão sendo apropriados; e, R\$7.360.000,00 (sete milhões, trezentos e sessenta mil reais) de devolução de capital subscrito da Paraná Investimentos, que foram utilizados de acordo com a legislação pertinente.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público, deverão dar continuidade a implantação de sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

4. Metas fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado nos quadros de metas fiscais, ao final apresentados, onde parte em 1999 de um resultado primário negativo, na ordem de 0,27% do produto interno Bruto -PIB, alcançando a partir do ano de 2000 resultados sempre positivos.

As despesas para o período de 2002 a 2004, estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas de ICMS foram projetadas para o período de 2002 a 2004 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do PIB uma inflação anual de 3,5% para 2002, 2,3% para 2003 e 2,3% para 2004, além do incremento obtido como esforço fiscal.

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no Artigo 4, parágrafo 3º, da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de matérias em tramitação no Congresso Nacional, tal como a Reforma Tributária, e do desfecho de feitos judiciais em que o Estado é parte, como os referentes a contribuições previdenciárias de inativos e pensionistas, e ao pagamento, pela União, do precatório judicial decorrente da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A privatização da Companhia Paranaense de energia - Copel, propiciará a capitalização da Paranáprevidência, neste exercício, dando condições ao Tesouro Estadual de melhor atender a programas prioritários. Desta forma, caso não ocorra a referida privatização no corrente exercício, será necessário redimensionar as projeções, para 2002, das receitas e despesas à conta do Tesouro Estadual.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002

ANEXO DE METAS FISCAIS (Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

QUADRO I

RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CORRENTES												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	4.415.587	7,06%	5.073.073	7,17%	5.213.276	6,63%	5.694.275	6,52%	6.060.038	6,25%	6.205.875	5,76%
2.Despesas	4.587.000	7,33%	4.397.466	6,22%	4.982.815	6,34%	5.135.391	5,88%	5.268.505	5,43%	5.236.707	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-171.413	-0,27%	675.607	0,96%	230.461	0,29%	558.884	0,64%	791.533	0,82%	969.168	0,90%
4.Juros da Dívida	85.000	0,14%	448.000	0,63%	509.000	0,65%	486.000	0,56%	522.000	0,54%	525.255	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-256.413	-0,41%	227.607	0,32%	-278.539	-0,35%	72.884	0,08%	269.533	0,28%	443.913	0,41%

Em R\$1.000 Médios de 2001

RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CONSTANTES												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	5.224.639	7,06%	5.275.996	7,17%	5.213.276	6,63%	5.501.715	6,52%	5.723.469	6,25%	5.729.430	5,76%
2.Despesas	5.427.459	7,33%	4.573.365	6,22%	4.982.815	6,34%	4.961.730	5,88%	4.975.897	5,43%	4.834.668	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-202.820	-0,27%	702.631	0,96%	230.461	0,29%	539.985	0,64%	747.572	0,82%	894.762	0,90%
4.Juros da Dívida	100.574	0,14%	465.920	0,63%	509.000	0,65%	469.565	0,56%	493.009	0,54%	484.929	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-303.395	-0,41%	236.711	0,32%	-278.539	-0,35%	70.419	0,08%	254.563	0,28%	409.832	0,41%

I

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2002
ANEXO DE METAS FISCAIS
 (Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)
DEMONSTRATIVO DO SALDO DEVEDOR APURADO E
PROJETADO DA DÍVIDA CONTRATUAL

QUADRO I

Especificação	SALDO DEVEDOR					
	31/12/1999	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004
Dívida Interna	7.395.845	6.525.362	6.330.119	6.128.354	5.961.063	5.778.248
Dívida Externa	1.217.414	1.455.431	1.471.686	1.586.104	1.798.522	1.692.886
Total da Dívida Contratual	8.613.259	7.980.793	7.801.805	7.714.458	7.759.585	7.471.134

Ofício:

Palácio Iguaçu, 11 de abril de 2001.
 Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição do Paraná, encaminho a Vossa Excelência, o Balanço Geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado relativo ao exercício de 2000, acompanhado do Relatório da Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência aos projetos de resolução e proposições que dispõem sobre as prestações de contas do governo Jaime Lerner, e dos governos anteriores, que ainda tramitam nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM a retirada do Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo, que estabelece que as contratações de cargos públicos da Administração Direta e Autárquica daquele Poder terão suas relações de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências item 10 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 07 (sete) sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 159 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(aa) NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE, ÂNGELO VANHONI e EDSON STRAPASSON.

REQUERIMENTO N 972

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a Dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei nº 232/2000, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a convocação do secretário de Estado da Administração e da Previdência, Excelentíssimo senhor Ricardo Augusto Cunha Smijntink, para prestar esclarecimentos pertinentes ao Projeto de Lei nº 411/2000, Mensagem Governamental nº 31/2000, em tramitação nesta Casa, que estabelece novas normas para contratação de funcionários junto à administração direta e autárquica do Poder Executivo, ficando sua relação de trabalho estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nestes termos pede deferimento, conforme artigo 97, incisos e parágrafos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, pelo falecimento do senhor Júlio Zacharowski, ocorrido no dia 09 do corrente mês, nesta Capital.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito na rua Almirante Gonçalves, nº 2107 - CEP: 80250-150, nesta Capital, aos cuidados do senhor André Zacharowski.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do médico pediatra Plínio de Mattos Pessoa, ocorrido ontem (16.04.2001), nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de ontem (16.04.2001), o médico pediatra Plínio de Mattos Pessoa que deixou viúva dona Maria Augusta Lacerda Pessoa, três filhos - Plínio, Flávio e Marcos; deixou ainda nove netos.

O passamento do doutor Plínio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este deputado.

O doutor Plínio foi professor catedrático da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Era reconhecido pela sociedade paranaense como o grande formador de pediatras no Estado. Foi o doutor Plínio que montou vários serviços de maternidade em nossa Capital, incluindo a UTI do Hospital Pequeno Príncipe que leva o seu nome.

No governo Ney Braga, foi diretor do Departamento Estadual da Criança, quando fundou diversos postos de Puericultura e vacinação infantil instituindo ainda, programas de incentivo ao aleitamento materno. Pelo seu grande prestígio profissional, o doutor Plínio pertencia a associações nacionais e internacionais de pediatria.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo Plínio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamento cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mattos Pessoa endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de profundo pesar pelo falecimento da ex-funcionária desta Casa, senhora Ângela Jark, ocorrido no último dia 08 de abril de 2001, nesta Capital.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os pais da extinta, casal Arno G. Jark e senhora Stela P. Jark, na Alameda Cabral, 471, apartamento 71-B, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Profundamente consternados pelo infausto passamento da senhora Ângela Jark, nossa ex-companheira de lutas nas lides deste Poder, associamo-nos à dor da sua família e rogamos ao bom Deus que lhes conceda as forças e os meios necessários para aceitar a sua divina vontade, provendo-lhes o alento e o conforto.

Ângela Jark nos deixou prematuramente, com apenas 29 anos de idade, deixando na orfandade a pequena Heloiza, com 5 anos, e nos corações dos que a amavam, o legado acerbo da ventura extinta.

Possa o bondoso Deus recebê-la em sua glória, de onde certamente, velará pelos entres que aqui deixou.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER seja enviado à família do doutor Plínio Mattos Pessoa, votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de abril do corrente, aos 81 anos de idade, este que foi um dos maiores médico pediatra do nosso Estado. Dedicando brilhantemente sua vida à medicina principalmente no atendimento das crianças curitibanas.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família enlutada do doutor Plínio Mattos Pessoa, médico pediatra, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa capital, com 81 anos, em data de ontem, o doutor Plínio Mattos Pessoa.

Vítima e insuficiência cardíaca, douto Plínio era conhecido e antigo médico pediatra desta capital, professor catedrático da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC/PR, foi um grande formador de médicos pediatras no nosso Estado.

Montou vários serviços de maternidade em nossa Capital, inclusive a UTI do Hospital Pequeno Príncipe que possui seu nome. Durante o governo Ney Braga, foi diretor do Departamento Estadual da Criança, quando fundou diversos Postos de Puericultura e Vacinação infantil e ainda instituiu programas de incentivo ao aleitamento materno. Em função do prestígio profissional, ele pertencia a associações nacionais e internacionais de pediatria.

O doutor Plínio deixa viúva a senhora Augusta Lacerda Pessoa e três filhos; Flávio e Marcos e nove netos.

À sua família enlutada (Avenida 7 de setembro, 5621, ap. 1601 - CEP 80240-001-Ctba) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família enlutada do senhor Paulino Gonçalves da Silva, eleitor mais velho do Estado do Paraná, de Pirai do Sul, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, com 107 anos, em data de ontem, o senhor Paulino Gonçalves da Silva. Era o eleitor mais velho do nosso Estado.

Vítima de câncer de pele, morava em Pirai do Sul, cidade de 22 mil habitantes, localizada há 765 Km de Curitiba. Cidadão piraiense, caminhava diariamente a passos lentos pelo centro daquela cidade. Estas caminhadas eram pausadas para discussões políticas, o que lhe fizeram o articulador mais experiente da cidade. Com 80 anos de vida partidária, ele planejava candidatar-se novamente a vereador em 2003, já que elegeu-se oito vezes para o cargo.

Conhecia seu município como poucos, já que chegou na cidade em 1914, quando as casas ainda podiam ser contadas a dedo. Trabalhou como sapateiro, fabricante de gasosa, distribuidor de jornal e foi vereador. Um de seus feitos foi garantir a construção do Colégio Santa Marcelina, cujas irmãs inicialmente iriam para Santa Catarina.

À família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul (Praça Alípio Domingues, nº 34 - CEP 84240-000 - Pirai do Sul-PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de pesar aos familiares da senhora Elvira Brandalize Botega, falecida nesta capital aos 16 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A senhora Elvira Brandalize Botega, faleceu nesta Capital aos 88 anos de idade, após ter vivido exemplar e cristãmente em companhia do seu já falecido esposo, seus dez filhos, genros, netos e bisnetos, deixando profunda lacuna e muitas saudades.

Solicitamos outrossim, que se dê ciência desta monção aos familiares da falecida, no endereço seguinte:

Senhor Pedro Luca e família - Av. Toaldo Tulio, 2664 - São Braz -Curitiba- PR - CEP 82.300-000.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

o deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada à nova diretoria da Associação das Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná (Acamop).

A nova diretoria tomou posse no último dia 24 e ficará à frente da Acamop na gestão 2001/2003. O presidente da Câmara de Santa Helena, Elder Boff, foi eleito presidente da entidade.

Também fazem parte da diretoria os vereadores Tita Furlan, de Toledo (vice-presidente); Francisco Alves da Cruz, de Guaraniáçu (segundo vice-presidente); Moacir Lotti de São Pedro do Iguaçu (secretário); Daniel Novaes de Foz do Iguaçu (segundo secretário); Julio Ostapechen de Mercedes (tesoureiro) e natal Suga, de Guaíra (segundo tesoureiro).

A Acamop reúne câmaras das cidades da Região Oeste do Paraná e pelos próximos dois anos será administrada pela chapa Renovação de Oposição à antiga diretoria.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a nova diretoria e tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à escritora e acadêmica da Academia de Letras de Maringá (ALM) Olga Agulom pelo lançamento de seu último livro intitulado “As três estatuetas de bronze”, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano.

Requer, outrossim comunicação do feito à senhora Agenir Leonardo Vicor, ilustríssima presidente da ALM, o senhor Antonio Facci, ilustríssimo secretário da ALM, e à senhora Alga Agulhom, destinatária do presente voto de congratulações.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É conhecida de todos a máxima segundo a qual uma nação é feita de homens e livros. Muito mais do que frase para efeito retórico, a referida máxima expressa, acima de tudo, uma verdade provada a cada dia pelos fatos. Afinal, tanto mais desenvolvidos são os países quanto mais postaram nas letras partindo dos seus sistemas educacionais formais, passando pelas diversas mani-

festações artísticas e culturais, em que figura, talvez como expressão máxima, a literatura.

É portanto, o lançamento de uma obra literária muito mais que um fato ou ato isolado; sua importância vai além do acontecimento social, pois trata-se de um dos mais importantes atos de construção e sedimentação de uma nação. A cada livro que nossos escritores lançam mais próximos estamos da plenitude nacional, da soberania incontestada, do desenvolvimento científico e tecnológico.

Enfim, enquanto tivermos homens e mulheres com espíritos criativos e comprometidos escrevendo e editando livros, estaremos com certeza solidificando nossas culturas e nacionalidades

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Bocaiúva do Sul, pela comemoração de seus 130 anos.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Bocaiúva do Sul, completou na última semana, seus 130 anos de existência. A cidade surgiu num local onde outrora ocorreu um grande incêndio, um povoado denominado! Arraial Queimado”.

Em 22 de abril de 1870 Bocaiúva do Sul foi elevada à categoria de Freguesia e em 12 de abril de 1871, foi criado o Município de Arraial Queimado, com território desmembrado de Curitiba, sendo instalado na mesma data.

O advento da república trouxe boas novas para aquela cidade que recebeu a denominação de Bocaiuva em 11 de janeiro de 1890, numa homenagem ao então Ministro das Relações Exteriores Quintino Bocaiuva.

Em 14 de julho de 1932, foi extinto o município de Bocaiúva, sendo que dois anos depois, pela lei Estadual nº 705, de março de 1934, eram restabelecidos sua jurisdição e territórios, ampliado com o que pertencia ao também extinto município de Epitácio Pessoa. Um novo decreto alterou sua denominação para Imbuial que foi um nome que não vingou, voltando assim à sua antiga denominação de Bocaiúva em 1947. O município passou a sede de Comarca em 16 de janeiro de 1949.

Bocaiúva do Sul já enfrentou inúmeros problemas. Praticamente isolada pela ausência de uma estrada com condições de tráfego, graças à força de sua gente continuou caminhando.

Com a certeza de que o futuro sempre justifica o trabalho seu povo lutou e conseguiu a pavimentação da estrada que a reintegrou ao progresso rápido do nosso Estado. Bocaiúva nunca deixou de ir para à frente, embora as dificuldades fossem muitas. Seu povo acolhe-

dor, ordeiro e trabalhador caminha sempre, em busca de melhores dias e um futuro promissor.

Pela comemoração de seus gloriosos 130 anos, receba o município de Bocaiúva do Sul, através de seu prefeito Élcio Berti, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola de Danças Clássicas do Teatro Guaíra, pela comemoração de seus 45 anos.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Danças Clássicas do Teatro Guaíra, está comemorando 45 anos. Fundada em 06 de abril de 1956, com o objetivo de formar bailarinos profissionais a escola já abrigou nomes importantes da dança paranaense e nacional.

Com sede no Teatro Guaíra, a escola conta atualmente com 250 alunos em diversos níveis que contam com os mais experientes professores, sempre buscando a perfeição na dança de seus alunos.

Pela comemoração de seus gloriosos 45 anos de existência, receba a Escola de Danças Clássicas do Teatro Guaíra, Pça. Santos Andrade, s/nº Centro - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, Moção de Repúdio da Câmara de Primeiro de Maio à intenção do governo do Estado, em privatizar a Copel.

A Moção foi assinada pelo presidente daquela Casa, Jair Beliatto e aprovada pelos vereadores, na sessão do último dia 30 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Bancada Paranaense no Senado Federal e Câmara dos Deputados, solicitando apoio ao projeto de lei do senador Paulo Har-

tung, que prevê correção na tabela de cálculo do Imposto de Renda.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Há um clamor nacional por parte dos trabalhadores para a adequação da tabela de cálculo do Imposto de Renda em vigor, pois segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, entre os anos de 1885 a 2000, mais de seis milhões de pessoas pagaram Ir sem necessidade, em razão do congelamento da referida tabela.

A inflação registrada pelo IPCA-E - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, Série Especial, do IBGE, entre janeiro de 1996 a 2000, foi de 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento), representando pesada carga tributária e verdadeiro confisco de salário dos trabalhadores brasileiros, representando, conforme estudos do Sindicato dos Auditores Fiscais da receita Federal (Unafisco), a retirada de R\$3,5 bilhões do mercado, anualmente.

O governo federal precisa se conscientizar que o crescimento da receita tributária da União deve se fundamentar no combate à sonegação, e não sobre puro e simples confisco de salário, via Imposto de Renda.

O contribuinte tem direito ao reajuste na tabela de cálculo do referido imposto, pois existe uma inflação no País reconhecida e divulgada pelo próprio governo.

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à senhora Joana Terezinha Fell, bem como à Câmara e ao prefeito municipal de Catanduvas, pelo doloroso falecimento do senhor Nelvino Fell, ocorrido recentemente.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nelvino Fell, era morador de Catanduvas há muitos anos. Assim que chegou ao município e na companhia de seu irmão Natalício Fell estabeleceu-se no ramo de taxista. Dessa forma tornou-se um profundo conhecedor não só da geografia de Catanduvas mas de todos os problemas, uma vez que o ponto de táxi se tornou um local freqüentadíssimo e os assuntos mais variados eram discutidos livremente.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amizades e simpatia. Catanduvas perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se lacuna na vida social, política do município.

Por tudo isso esta Assembléia Legislativa, que é a casa do povo do Paraná, precisa render justas homenagens póstumas a uma pessoa que também contribuiu para com o desenvolvimento do nosso Estado. Para que fique

gravado nos anais de nossa história e sirva de exemplo para as futuras gerações.

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a Ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácidos e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de executar pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí, pelo Programa “Caminhos da Educação e da Produção”.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, José Antônio Andreguetto, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa de Leis quais os valores dos autos de infração lançados à Petrobras no Paraná, de 1999 até a presente data, e quais os valores efetivamente recolhidos em função dessas multas.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações junto à secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos acerca do Projeto Gralha Azul, implantado em Maringá no ano de 1998, no Conjunto Residencial Ney Braga, a saber: o valor aplicado pelo Estado na implantação do projeto e nas edificações que o compõem; a quem compete sua administração; desde quando está abandonado; os prejuízos, ainda que estimados, decorrentes do abandono; valor necessário à sua recuperação e colocação em funcionamento.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações é motivado, primeiramente, pelas constantes cobranças que a sociedade maringaense tem feito relativamente ao lastimável estado de abandono do espaço de lazer criado com a implantação, no Conjunto Ney Braga, do Projeto Gralha Azul, e, depois, porque os próprios moradores da região por ele servida pensa em adotar saídas comunitárias para suprir o atual estado, a ponto de “denúncia” de líder comunitário

do referido bairro ter ganho as páginas de veículos de comunicação de Maringá expondo a situação e citando o Estado na questão.

Para que possamos contribuir, enquanto parlamentar que representa Maringá e região nesta Assembléia Legislativa, com a sociedade e com o Estado em busca de soluções exequíveis, viáveis e duradouras, consideramos indispensáveis as informações solicitadas no presente requerimento.

Daí a razão do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações à relação contratual da Cohapar com os vileiros da Vila Rural Querência Unida, do município de Querência do Norte, devidamente acompanhadas de cópias do contrato primitivo, assinado em final de 1997, e do seguinte, assinado em 28 de maio de 1998.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Vileiros têm reclamado, tanto individualmente quanto através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência do Norte, de mudanças havidas nos termos dos contratos entre os moradores da Vila Rural Querência Unida e a Companhia de Habitação do Paraná, das quais resultaram prejuízos aos primeiros, já que as alterações teriam modificado os termos iniciais da carência.

Tais alterações teriam se dado por meio da confecção de novo contrato, que se sobrepôs a um anterior, por nós qualificados de primitivo. Neste contrato primitivo estava prevista carência de 30 meses, sem nenhuma menção a qualquer tipo de desembolso periódico - mensal ou anual - por parte dos vileiros. Já no contrato seguinte teria sido prevista uma “taxa de uso da moradia”, paga mensalmente pelos vileiros.

Os vileiros, embora satisfeitos com a ação governamental que levou ao projeto inovador e ousado das Vilas Rurais, questionam a validade da referida taxa e reclamam que há casos de moradores da referida Vila Rural inadimplentes correndo risco de serem despejados. É uma situação grave que seria adequado procurar evitar.

Como por enquanto trabalhamos apenas com as informações decorrentes das manifestações dos vileiros, que, é claro, devemos ter em alta conta, buscamos, através do presente, os subsídios da Companhia de Habitação do Paraná para aperfeiçoar nossa intervenção, bem como proporcionar intervenções parlamentares e governamentais positivas que levem a resolução da questão em curtíssimo prazo, com o que evitaremos eventuais impasses e prejuízos ao projeto das Vilas Rurais, uma das grandes referências deste governo e de nosso Estado na atualidade.

Daí as razões do presente requerimento.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 130/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13.032, que passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

“III - estabelecendo a destinação de 40 por cento da arrecadação oriunda da constituição do Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná, para administração direta por parte das Prefeituras Municipais.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A destinação de 40 por cento dos recursos arrecadados pelo Funcor possibilita as prefeituras municipais, administrarem diretamente a recuperação e a conservação dos trechos estaduais pavimentados dentro de suas jurisdições territoriais.

A medida estabelecida pelo inciso III descarta cabalmente possibilidades de quaisquer tipos de ingerenciamento na distribuição das quantias retidas em decorrência da aplicação do Funcor, notadamente os de ordem política.

O instrumento legal em tela faculta ainda à prefeitura municipal através do seu titular, verdadeiro conhecedor das deficiências da malha rodoviária, executar as tarefas de conservação, apressando suas execuções, barateando seus custos e sobretudo, ofertando aproveitamento temporário de mão-de-obra aos seus concidadãos desempregados.

PROJETO DE LEI Nº 131/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a incluir na grade curricular do 1º e 2º graus de todas as instituições de ensino público e privado do Estado, aulas específicas, objetivando a conscientização do educando em relação à “doação de órgãos para transplante”.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva conscientizar os nossos jovens a respeito da doação de órgãos para transplante, aumentar o número de doadores e minorar o sofrimento dos pacientes que estão à espera da cirurgia de transplante.

É público e notório que a necessidade de órgãos para transplante, é bem maior que a quantidade de pessoas ou famílias que se dispõem, num gesto de grande solidariedade humana e amor ao próximo, a doar seus órgãos ou de parentes falecidos, àqueles que têm nesses gestos, em muitos casos, a única chance de continuar vivendo, e em outros, a possibilidade de desfrutarem a vida com saúde.

A falta de conscientização da população, certamente é um dos fatores determinantes à escassez de doadores, doadores esses que poderiam suprir a imperiosa necessidade dessa cirurgia para continuarem os desígnios de Deus reservados a cada um na terra, ou seja, viverem, mais ainda, viverem felizes e saudáveis.

O despertar para esse sentimento de profunda solidariedade, de amor ao próximo, é o que se busca com o projeto de lei ora apresentado, propiciando diretamente aos jovens e adolescentes, e indiretamente, aos seus familiares e amigos, o contato com essa realidade que vivemos, e procurando desenvolver em cada um de nós, uma mentalidade de compromisso com a vida e com o ser humano, e viabilizando a disposição em “doar” órgãos, aumentando significativamente o contingente de doadores num futuro que esperamos esteja muito próximo.

Em relação à proposta apresentada, várias atividades poderão ser desenvolvidas para alcançarmos os objetivos pretendidos, como: simpósios envolvendo os corpos docente e discente da instituição de ensino, e contando com a presença de autoridades no assunto; palestras; visita a hospitais e centros de hemodiálises; trabalhos extra-classe sobre o tema, entre outros, com a finalidade de promovermos amplo debate sobre o tema “doação de órgãos”, conscientização e conseqüências, envolvendo a comunidade e todos os demais segmentos da sociedade, objetivando o aumento do universo de doadores de órgãos para transplante.

PROJETO DE LEI Nº 132/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado a alterar a Norma de Procedimento Fiscal nº 046/99, extinguindo a necessidade da apresentação, no momento do pedido de liberação, das vias originais da Guia de Exoneração de ICMS de mercadorias estrangeiras que têm como destino outras unidades da Federação.

Art. 2º - A apresentação de uma cópia, enviada por fax pelo Estado importador, bastará para o desembaraço das cargas junto a Eadi/Codapar.

Art. 3º - A responsabilidade sobre a veracidade da guia de exoneração e entrega posterior da documentação original, ficará por conta do importador que solicitar a liberação.

Art. 4º - Os despachantes aduaneiros e/ou representantes legais do importador terão cinco dias úteis, após a liberação da mercadoria com cópia da guia, para apresentar junto à Receita Estadual as vias originais do documento.

Art. 5º - O não cumprimento do prazo acarretará na impossibilidade de novas liberações de cargas com cópias de guias, até que sejam entregues todos os documentos originais devidos. A reincidência por parte do importador, verificada pela terceira vez consecutiva, retira-lhe o benefício previsto nesta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A burocracia exigida pela Norma de Procedimento Fiscal nº 46/99, para o desembaraço de mercadorias compradas por outras unidades da Federação, com exoneração de ICMS, vem trazendo prejuízos para importadores e transportadores, além de agravar ainda mais os problemas de superlotação da Estação Aduaneira de Interior de Foz do Iguaçu.

Atualmente, para liberar uma carga com isenção de ICMS, é necessário um processo que demora em média três dias, devido a necessidade de apresentação de guias originais de exoneração de ICMS, vinda do Estado que importou a mercadoria.

Esses documentos só podem ser pedidos quando a carga já está em Foz e o motorista tem que ficar aguardando a chegada do documento estacionado no pátio da estação aduaneira, cuja diária onera o valor do transporte, mas não pode mais ser repassada ao importador, que geralmente, importa com valores previamente definidos.

A liberação das mercadorias com cópia não trará prejuízo financeiro ao Paraná, nem ao controle fiscal definido pela referida norma de procedimento. Em contrapartida, vai agilizar o desembaraço de mercadorias - liberando o pátio das Eadi's - e evitar perdas financeiras para as empresas que atuam no processo de importação e transporte de cargas que entram no Brasil pelo Estado.

PROJETO DE LEI Nº 133/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o governo do Estado a transformar a extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, num campus da instituição de ensino.

Art. 2º - Para custear essa alteração e futura implantação de mais cursos, também fica autorizado o chefe do Poder Executivo a abrir suplementação orçamentária para a Unioeste.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A extensão da Unioeste em Santa Helena, atende atualmente 130 alunos, matriculados nos cursos de pedagogia e ciências biológicas, mas a demanda por ensino superior na região é muito maior.

Sem possibilidade de frequentar uma universidade no local onde moram, centenas de jovens viajam até 250 quilômetros todas as noites para estudar em Foz do Iguaçu, Cascavel, Medianeira e até Palmas, no Sudoeste do Estado.

Enquanto extensão da Unioeste, a unidade enfrenta dificuldades para ampliar a oferta de mais vagas. A universidade funciona na cidade graças a um convênio entre Prefeitura Municipal e Unioeste. A primeira banca todas as despesas administrativas e o governo do Estado, através da universidade, custeia apenas os salários dos professores.

Os custos da ampliação da extensão não podem ser absorvidos pela administração municipal, que enfrenta as dificuldades financeiras inerentes a todos os pequenos municípios do Paraná.

Por uma questão de justiça, nossa proposta autoriza o governo a transformar a extensão em campus para atender aquela parcela de paranaenses que contribuem para o crescimento do Estado e que merecem, tanto quanto os demais jovens do Estado, a frequentar uma universidade pública e de qualidade.

Projeto de Lei nº 134/2001

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Semear de Assistência Social de Cambé, com sede e foro no Município de Cambé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.2001

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A fundação Semear de Assistência Social de Cambé foi fundada em 20 de abril de 1999, com sede na rua Equador nº 50 no Município de Cambé.

No período de janeiro de 2000 a março de 2001, a referida Fundação realizou a festa da solidariedade, onde foram oferecidos à médica, distribuição de roupas, calçados e alimentos.

A distribuição foi feita em bairros da cidade, onde foi levado o “Expresso da Solidariedade”, um ônibus que vem sendo utilizado pela entidade na respectiva atuação.

A Fundação Semear também distribui cerca de 4 toneladas de alimentos, arrecadados com a ajuda da comunidade de Cambé.

Prestou ainda, assistência aos moradores da Vila Rural João Vicente, com a distribuição de cestas básicas, mudas de hortaliças, pintinhos e outros produtos para melhorar a qualidade de vida daqueles cidadãos.

Em parceria com médicos da comunidade, foram realizadas diversas consultas médicas a famílias carentes de recursos financeiros.

Após a orientação médica, foram distribuídos medicamentos na medida das doações recebidas.

Realizou o Projeto Sopão, com a distribuição de 800 refeições por mês em bairros de Cambé.

Seguem anexos dez jornais como exemplo do trabalho da entidade, que além da assistência social, pretende ser instrumento de informação para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputado. Lamentavelmente o Estado do Paraná é vítima de mais um acidente na questão do Meio Ambiente. E não tem sido por falta de alerta, não só desta Casa, mas especialmente dos Meios de Comunicação, que têm dado ênfase todo especial no sentido de alertar as autoridades para o que vem acontecendo no Estado do Paraná.

Nem bem nos refizemos do acidente do vazamento da Petrobrás, que aconteceu nos rios Barigui e Iguaçu; nem bem nos desfizemos, ou ainda, não nos preparamos com relação ao acidente seguinte que aconteceu na Serra do Mar, onde um duto da Petrobrás acabou provocando um acidente com derramamento muito grande de óleo naquela região; nem bem nos refizemos deste acidente segundo, um terceiro aconteceu também na Serra do Mar, no final de semana, provocando situações críticas para os usuários da BR-277.

Senhor presidente, estamos vendo aí uma luta muito grande dos órgãos de fiscalização, mas não esta-

mos vendo a contra partida por parte daqueles que são responsáveis pelo cuidado na questão do transporte.

E quero fazer esta tarde uma denúncia, que já o fizemos ontem no Jornal da CNT ao meio-dia e meia, onde fazemos a nossa participação, dizendo que em consequência do duto rompido na Serra do Mar, no município de Morretes, aproximadamente cento e sessenta caminhões trafegam diariamente pela 277 em direção ao Porto de Paranaguá transportando óleo, que deveria passar pelo duto que só vai ficar pronto no segundo semestre deste ano. E aí está a consequência, senhor presidente.

Temos, na Casa Militar do Governo do Estado, uma recomendação do transporte e do cuidado que se deve ter com cargas perigosas, a não ser que o transporte de inflamável, de óleo, de gasolina, de diesel, não sejam cargas perigosas. E pergunto, que tipo de medida tem sido tomada, que tipo de preocupação a Casa Militar, a Defesa Civil do governo do Estado tem tomado em relação a isso.

Estamos oficiando à Casa Civil, à Defesa Civil, no sentido de saber se este acidente que aconteceu agora teve a devida precaução, o devido cuidado no transporte, porque foi simplesmente um acidente de veículos, de dois caminhões, que resultou em mais um acidente grave na Mata Atlântica, na Serra do Mar, no município de Morretes, ainda abalado pelo acidente anterior.

Não é possível que continuemos apenas observando os fatos acontecerem.

Nós estamos tomando medidas neste sentido, de preservação do meio ambiente, exigindo das autoridades competentes medidas, urgentes.

Nada é mais possível admitir isto.

O jornal “Gazeta do Povo” de hoje diz isto:

(**Lê**):

“Bem além dos limites toleráveis”

A série de acidentes e atentados ambientais, que se intensificou em nosso Estado a partir do último semestre de 2000, já está contrariando a própria lei das probabilidades. Não é plausível que, em tão curto lapso de tempo, tantos problemas tenham se verificado, comprometendo o equilíbrio ecológico no rio Iguaçu, nas baías de Antonina e Paranaguá e em inúmeros rios que têm suas nascentes na Serra do Mar. São acidentes demais e a maioria deles, numa análise rigorosa, pode ser considerada de um outro ângulo, até com a suspeita de dolo. A frequência com que ocorrem acidentes que prejudicam as condições ambientais deixou de ser normal em nosso Estado. Não é possível aceitar como mera fatalidade um número tão grande de problemas contaminando as águas de nossos rios e levando a poluição ao nosso litoral.

Há necessidade óbvia de que as autoridades se posicionem e a população possa ter um pouco mais de segurança, com a convicção de que alguma coisa vai ser feita para equacionar as questões que afetam o meio ambiente e prevenir a constante ocorrência de desastres ambientais.

Por outro lado, a participação da sociedade é essencial no movimento de conscientização quanto à importância da defesa do meio ambiente. O grande desafio da preservação e limpeza de nossos rios, por exemplo, exige mobilização social. Vale lembrar que, quando o vazamento na refinaria de Araucária contaminou as nascentes do Rio Iguaçu, os trabalhos de remoção do óleo abrangeram também a remoção de muitas toneladas de lixo e outros detritos e resíduos através do trabalho persistente, é preciso conscientizar as populações ribeirinhas de que, ao sujar os rios, estão diminuindo suas próprias perspectivas de sobrevivência.”

Enfim, senhor presidente, quando um jornal da magnitude que é a Gazeta do Povo, como outros jornais, também colocados no editorial, chamando a atenção das autoridades, é preciso que esta Casa tome providências. E este parlamentar e o deputado Beraldin, que ainda hoje pela manhã estivemos reunidos na Comissão de Meio Ambiente e Ecologia desta Casa, temos procurado fazer valer a fiscalização, a exigência dos meios que têm a responsabilidade de cuidar do meio ambiente, que é preciso dizer e dar um basta a estes crimes ambientais. É necessário que se tome consciência disto.

Neste sentido, ainda hoje, possivelmente, vou pedir explicações à Defesa Civil do Paraná; pedir explicações à Casa Civil e saber de que maneira estão se estabelecendo critérios de fiscalização e transporte de cargas perigosas. Ora! São quase 160 caminhões, carretas descendo a Serra do Mar, levando esta carga tão perigosa.

Mas em contrapartida, também perigosa é a questão do meio ambiente, se não houver uma fiscalização e uma exigência para que estes caminhões tenham todo o devido cuidado, até do próprio motorista, saber que tipo de carga ele está transportando e os riscos que ele tem com esta carga, numa rodovia.

Por isto, estas são as medidas que vamos tomar, nesta Casa, a partir de agora, com relação à questão do meio ambiente, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Beraldin.

(Declina)

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O pronunciamento feito na tarde de ontem, nesta tribuna, pelo deputado Nereu Moura, Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais foi testemunha.

Na Sexta-Feira Santa e no Sábado de Aleluia, no Domingo de Páscoa, o “Judas” mais malhado e aquele enforcado nos postes era a figura do nosso governador Jaime Lerner. Parece que o povo, como disse o deputado Nereu Moura, teve a oportunidade, antes da próxima eleição, de marcar a sua posição em referência ao governo que aí se encontra. Foi ele, além de “malhado”, derru-

bado do poste e os cachorros que lá se encontravam nos bairros - porque gente de bairro realmente tem bastante cachorro - cada um deles pegou um pedaço do “Judas”, e foi esfaqueando e levando para este ou para aquele lado.

Parece que Sua Excelência, o governador, não recebeu recado ainda, além de ser malhado pela população, os cachorros também entenderam a lição que o Paraná precisa mudar de direção, de rumo e de governador.

Parabéns, deputado Nereu Moura, que deu ao Paraná essa nova moda, realmente da posição do próximo “Judas”, acredito que será ele próprio. Agora não mais com 82,5, com 94,6, como Vossa Excelência diz, de preferência no próximo ano.

Tenha certeza, deputado Nereu Moura, será 100% na eleição rejeitado pela população, na “paulada” no dia da eleição, na escolha do novo governo do Estado. Aí sim, 100% fora do Palácio, governador, seu candidato e a posição realmente assumida, pelo povo, nesse episódio da Semana Santa.

Mas queria, senhores parlamentares, falar da nossa cidade de Ponta Grossa, que foi ela durante toda semana, através de órgãos de divulgação, de canais de televisão, da imprensa, de rádios, de que o governador teria autorizado a instalação do curso de medicina na nossa Universidade Estadual da cidade.

O governador, pensando que com essa autorização, não só o povo de Ponta Grossa, mas como também a família universitária, a família dos Campos Gerais do Paraná, poderia ser tapeada, como foi, porque segmentos da nossa instituição maior de ensino, já ponderadamente, durante as entrevistas falavam no seguinte teor: “o governo autorizou e nós estamos esperando a liberação da verba, a ser concedida para implantação do curso”. E, conseqüentemente, a inserção, dentro do orçamento da instituição, do meio pelo qual a funcionabilidade do curso, tenha dentro da universidade a sua seqüência.

O governo tão somente fez uma autorização por escrito, disse que iria liberar 11 ou 12 milhões de reais para sua implantação, e nós nesta Casa, com a aquiescência de todos os senhores parlamentares, tivemos um requerimento aprovado, aonde solicitamos ao secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Warhaftig, para que ele nos dê o meio pelo qual esses 12 milhões, a serem concedidos a Ponta Grossa, à nossa instituição maior de ensino, sejam transferidos ainda este ano para sua implantação, bem como no próprio corpo do requerimento.

Queremos saber para os anos futuros, qual será realmente a verba a ser destinada para o curso de medicina da nossa cidade. A nossa instituição, a Universidade Estadual de Ponta Grossa passa por dificuldades. São cursos laboratoriais que não têm o equipamento, que não têm o manuseio daquilo que é exigido em um curso completo e tem improvisado a nossa universidade. Os senhores professores têm feito de tudo que é possível, ao seu alcance, para fazer com que a qualidade do ensino e o

conhecimento técnico auferido pelos alunos não sejam prejudicados.

Mas, infelizmente o governo do Estado não tem feito a sua parte, está ausente em recursos materiais e educacionais.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, fizemos um requerimento para ficar registrado nos Anais desta Casa.

Senhor presidente, senhores deputados, mais uma tentativa de tapeação. À nossa cidade, à nossa região e ao Estado do Paraná. Tapeação feita, caro colega Eli Ghellere. Feita quando disse que a estrada de Guaragi-Teixeira Soares iria ser asfaltada já há 4 anos passados. Passou-se o 4º, 3º, 2º e agora mais um ano e ela não foi concretizada.

O Paraná Urbano, liberado com fotografia no Palácio Iguaçu, com comemoração de alguns parlamentares nesta Casa, vimos que a mentira realmente tem pernas curtas e a verdade prevalece, porque até o dia de hoje nenhum tostão foi liberado à Prefeitura de Ponta Grossa, daquele parque final do Paraná Urbano, que ali, num sentido de festa, num sentido de mostrar o Paraná que estava sendo liberado e não foi.

O que nós temos em Ponta Grossa é uma verdadeira carreata de mentira e principalmente de enganação por parte do governo do Estado.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores no Pequeno nem o Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PSB, PSC, PST, PFL, PPS, PDT, PT, PTB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para registrar a presença do prefeito Suzuki, da cidade de Medianeira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado nos Anais da Casa.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

E também do prefeito de Marechal Cândido Rondon.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Da mesma forma.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Aproveitando também a oportunidade, quero registrar a presença do secretário da Administração de Medianeira, nosso companheiro Sady.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Mensagem nº 12/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2002. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício Governamental nº 037/2001, subscrito pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 2000, acompanhado do Relatório da Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. **Encaminhe-se ao egrégio Tribunal de Contas para Parecer prévio. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Sergio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declarada de Utilidade Pública a Associação escola de Dança de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 010, de 07/03/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declarada de Utilidade Pública a Fundação Darvil José Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 012, de 08/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 03/2001, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas. Aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas. **(Publ. no D.A. nº 002, de 19/02/2001).**

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, simplesmente para deixar registrado aqui a posição dos deputados de Oposição. Nós estamos nos abstendo de votar o relatório final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, como também o item 4. Queremos que haja o registro.

Bancadas de Oposições se absterem de votar tanto no item 3 e já me adianto também, no item 04.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em votação o Projeto de Resolução nº 03/2001. **Aprovado**, ressalvada a Bancada de Oposição.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 04/2001, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos. Aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Medicamentos. **Aprovado**, ressalvada a manifestação da Oposição, anteriormente. **(Publ. no D.A. nº 002, de 19/02/2001).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa Especial de Demissão Voluntária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2ª Discussão.

O SR. NEREU MOURA **(Para Encaminhar)**

Na mesma linha da nossa posição no dia de ontem, senhor presidente, nós queremos pedir aqui em nome da Oposição o voto contrário a este projeto de lei porque ele não atende os interesses dos nossos funcionários públicos do Estado do Paraná, nós entendemos que este PDV do governo do Estado é perigoso e poderá ser uma armadilha para o funcionalismo público do Estado do Paraná porque o funcionalismo público que é a grande vítima deste governo não foi consultado, não opinou em relação a esta propositura e nós achamos que as leis tem que ser democráticas, as leis têm que ser feitas para atender os interesses da coletividade.

Desta forma, em nome do nosso líder, deputado Waldyr Pugliesi, nós pedimos que não só a Oposição, mas como o governo votem contra, rejeitando este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Encerrada a discussão.

Em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. ELIO RUSCH **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Esta Mesa defere e fará a Verificação de Votação, com Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Nelson Tureck)**

(Procede a Chamada Nominal dos senhores deputados).

Trinta (30) senhores deputados responderam Chamada. Há quórum para votação.

Senhores deputados que aprovam o Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 97/99, de autoria do deputado Beto Richa, queiram levantar-se.

Dezesseis (16) senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Quinze (15) senhores deputados rejeitam o projeto.

Está aprovado então o Substitutivo Geral aprovado em 2ª discussão.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro. Com sede e foro no município de General Carneiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/2001 - Mensagem nº 08/2001, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 32/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública, Amai - Associação Maanaim de Apoio à Infância, com sede e foro no município de Londrina - Paraná. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da C.C.J. - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre concessão de vagas aos índios no concursos vestibulares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/2000, que dispõe que o pessoal admitido para emprego público na administração direta e autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDAS DA C.C.J. E C.F.. **(Publ. no D.A. nº 175, de 04/12/2000 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 411/2000

OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 411/2000, objeto da Mensagem nº 031/2000, do Excelentíssimo senhor governador do Estado, dispõe que o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

A Administração Pública pode contratar sob o regime celetista. Essa afirmação já é pacífica na doutrina do Direito Administrativo. Persiste, contudo, o bom senso e a sempre bem-vinda contribuição da doutrina, para quem o regime celetista só fica bem em relação às chamadas funções subalternas.

Para Adison Dallari:

“Apesar de sujeitas no regime privado, celetista, não se pode considerar livre o desligamento de seus empregados. Em vista da sujeição aos princípios da legalidade, da publicidade e da impessoalidade, é necessário que haja razões suficientes e demonstráveis para efetuarlo, já que seus administradores não geram negócio particular, mas do interesse de toda a coletividade...”

Os servidores estatutários submetem-se a regime estatutário, “estabelecido em lei em cada uma das unidades da federação e modificável unilateralmente, desde que respeitados os direitos já adquiridos pelo servidor. Quando nomeados, eles ingressam numa situação jurídica previamente definida, à qual se submetem com o ato da posse;

Os empregados públicos são contratados sob o regime da legislação trabalhista, que é aplicável com as alterações decorrentes da Constituição Federal; não podem Estados e Municípios derrogar outras normas da legislação trabalhista. Embora sujeitos à CLT, submetem-se a todas as normas constitucionais referentes a requisitos para a investidura, acumulação de cargos, vencimentos, entre outras”.

Contudo, o parágrafo único do artigo 1º do projeto de lei em exame deve ser suprimido, pois exige a própria Constituição que a criação de cargos, empregos ou funções públicas seja feita por lei e não por decreto do Poder Executivo. Mesmo a transformação de cargos em empregos deve ser efetuada por lei. A palavra transformação empregada no texto nada mais representa que a extinção de cargos e criação de empregos, atividade esta que depende da edição de lei.

Também sem sentido fica o final do “caput” do artigo 1º “naquilo que a lei não dispuser em contrário”, porque os empregos públicos são regidos pela lei federal e não cabe ao Estado legislar sobre direito trabalhista.

A Lei Federal nº 9962/2000 é que disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Como se observa, a redação do projeto de lei em exame é semelhante.

Isto posto, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 411/2000, com a emenda aposta.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 411/2000

MENSAGEM Nº 31/2000

P A R E C E R :

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/2000 e os artigos 1º e 2º passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata.

Art. 2º - Leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta lei no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como sobre a transformação dos atuais cargos em empregos.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 411/2000

OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, originado da Mensagem nº 031/2000 do Excelentíssimo senhor governador do

Estado, dispõe que o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Com Parecer do deputado Antônio Carlos Belinati, a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à tramitação do projeto, com a apresentação da Emenda.

Esta Comissão de Finanças, chamada a se manifestar, posiciona-se favoravelmente à tramitação deste projeto, e apresenta Emenda Aditiva, nos termos do artigo 50, § 4º, do regimento Interno, que vai em anexo.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 411/2000
OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

P A R E C E R :

Adiciona artigo ao referido projeto de lei, ficando os artigos 6º, 7º e 8º, com a seguinte redação:

Art. 5º - O Poder Executivo prestará contas mensalmente ao Poder Legislativo sobre os valores recolhidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 07 (sete) sessões.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, este Projeto de Lei nº 411/2000 é um projeto que tem grande alcance, em que pese as explicações da assessoria da liderança do Governo, pelas quais agradecemos, ainda restam dúvidas. E como nós achamos que têm profunda repercussão no funcionalismo público do Estado do Paraná nós achamos que é conveniente nós darmos um tempo para podermos analisar melhor, recebermos mais subsídios, para apreciarmos este projeto.

Por isso solicito aos deputados do governo que apoiem o requerimento para retirarmos da Ordem do Dia para que possamos fazer uma reflexão maior sobre este projeto que, na verdade, no nosso entendimento, deixa muitas dúvidas, em relação aos seus objetivos.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, solicito ao Líder das Oposições e a Liderança do PMDB que podemos até concordar, mas não por 10 sessões, retiramos por 3 sessões. Ele ficaria fora esta semana e nós teríamos, automaticamente, 8 dias para votarmos a constitucionalidade do Projeto, e posteriormente, com certeza, serão apresentadas, emendas e o projeto sairá da Ordem do Dia, de novo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Entendo o apelo feito pelo líder do Governo, deputado Elio Rusch, que substitui o deputado Durval Amaral, mas acho que como esse projeto tem um alcance muito grande, em todo funcionalismo, do Estado do Paraná, não há nenhuma pressa, por parte do governo, em aprovar o presente projeto. É possível nós adiarmos aí por 3, 4 semanas e voltar a votar, com maiores subsídios.

Por isso eu gostaria que os deputados da oposição que subscreveram o pedido de retirada, mantivessem as 10 sessões, mesmo porque acho que deveríamos ouvir o secretário da Administração, tomar esta discussão com mais cautela, ver a repercussão desse projeto, em todo corpo do funcionalismo público, para que pudéssemos votar, com mais tranqüilidade.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados, os comentários feitos pelo deputado Nereu Moura, pelo deputado Ângelo Vanhoni dispensam maiores comentários.

É um projeto de maior alcance, de interesse de todo o futuro funcionalismo do Estado do Paraná. Estamos com este projeto de lei, acabando na prática com aquela dita grande conquista de constituinte da estabilidade do funcionalismo público, nos órgãos públicos, municipais, estaduais e federais.

É de uma repercussão e de um alcance muito profundo um projeto dessa natureza.

Sabemos que vem complementando a Legislação Federal, sabemos que é hoje, em posição de Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, nós temos que aproveitar esses espaços como legisladores como membros desse Poder, para discutir essa matéria em profundidade, porque afinal de contas, levarmos em conta os interesses do funcionalismo do Estado do Paraná. Particularmente, dos futuros funcionários do Estado do Paraná, que não serão mais regidos pelo Regime Único e, sim, pela CLT, sujeito à demissão. À demissão ao bel-prazer do mandatário de plantão.

A questão é muito séria, é muito profunda.

Por isso, à Bancada do PSDB faz um apelo à Liderança do Governo para que retire efetivamente, por 10 sessões esse projeto da pauta, para que discutamos melhor esse projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, o entendimento que nós mantivemos agora, com a Liderança da Oposição, é que seja alterado de 10 sessões, para 7 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitaria ao deputado Nereu Moura, que depois retificasse aqui e alterasse o requerimento.

Está em votação o requerimento do deputado Nereu Moura, que adia por 7 sessões o Projeto de Lei nº 411/2000.

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 411/2000 por 7 (sete) sessões.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder executivo a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a Rodovia denominada Caminho Ecológico do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004, de 21.02.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 22/2001****P A R E C E R :**

De autoria do deputado Eli Ghellere, o Projeto de Lei nº 22/2001, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito da Malha Rodoviária Estadual, a Rodovia denominada, "Caminho Ecológico do Iguaçu".

Visando o desenvolvimento do turismo no Estado, o referido projeto de lei é meramente autorizatório, em razão do que, entende esta comissão não haver qualquer óbice constitucional à normal tramitação.

Opina-se Favoravelmente.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

**COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 22/2001**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar no âmbito da Malha Rodoviária Estadual, a rodovia denominada, "Caminho Ecológico do Iguaçu", que tem seu início na BR 277 na cidade de Céu Azul, margeando o Parque Nacional do Iguaçu até a cidade de Foz do Iguaçu.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa

do projeto em tela, que o municípios de Foz do Iguaçu, tem grande potencial turístico e que a construção da referida estrada, além de restabelecer a questão histórica e de proporcionar aos viajantes uma via alternativa à BR-277, trará nova oportunidade de investimento para a região.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 67/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina - Independência, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020, de 20.03.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 067/2001****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o "Lions Clube Londrina - Independência" com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 067/2001**

O Art. 1º do presente Projeto de Lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina - Independência, com sede e foro no município de Londrina".

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 71/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022, de 21.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 071/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 959, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Deixa de ser recebido pela Mesa, tendo em vista estar incompleto.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Procede a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Beraldin, queiram levantar-se.

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Está havendo um equívoco aí, acho que os deputados não entenderam.

O requerimento que encaminhei à Mesa, foi para pedir Regime de Urgência, no sentido de o Plenário aprovar ou rejeitar as contas dos governos anteriores e do atual governo.

Então, não vejo razão, se o Poder Legislativo é o que decide. Acho que há um equívoco.

Queria lembrar aos senhores deputado que é esta matéria que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo ao nobre deputado Beraldin, que essa Presidência já tomou a decisão. Inclusive já anunciou para a imprensa que na próxima semana, colocaremos todos os projetos de prestação de contas dos governos anteriores e do atual, em votação nesta Casa de Leis.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, então não precisa mais votar o requerimento. Pela determinação da Presidência, não precisa mais votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É a decisão da Presidência.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Se é a decisão da Presidência, acho que não há o que votar, porque a Presidência decide. Ela tem autonomia regimental para decidir e incluir na pauta.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, a vossa manifestação de presidente da Casa, mais uma vez referenda que a iniciativa do Poder Legislativo, de um deputado que apresenta um requerimento, seja referendada pela maioria dos deputados, aprovando o requerimento, conforme o entendimento da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência, que esta Presidência já tomou a decisão. Na semana que vem. E anunciou ontem, para a imprensa, inclusive.

Semana que vem colocaremos em votação as contas dos governos anteriores.

Para encaminhar, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Apenas para esclarecer ao deputado Beraldin, que o Regime de Urgência tem dispositivos legais e regimentais que devem ser obedecidos e para que possamos votar ao mesmo tempo todas as prestações de contas desse governo e de governos passados, ao mesmo tempo, aí sim estaríamos atropelando o processo.

Como o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão já tem demonstrado que a partir da semana que vem será publicado em avulso na Ordem do Dia ou mesmo já incluindo na Ordem do Dia algumas prestações de contas, acho que aí sim, podemos discutir com amplitude. Agora, incluirmos todas as prestações de contas - e na certeza deverão ser mais de dez anos - aí sim se tornaria uma situação muito difícil para a Assembléia Legislativa analisá-las com presteza.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estamos diante de um impasse. Diante da decisão de Vossa Excelência, que as contas serão colocadas em apreciação nesta Casa, imagina que temos que entrar num acordo, porque se se derrubar este requerimento, o Plenário estará desautorizando a decisão de Vossa Excelência, ou tem alguma coisa errada aí.

O SR. ELIO RUSCH

Não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que esta Presidência colocará as contas em votação na semana que vem.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Deputado Augustinho Zucchi, jamais o Plenário estaria desautorizando. É uma prerrogativa do presidente da Assembléia incluir os projetos de lei ou de resolução na Ordem do Dia. O que o Plenário está fazendo, é apenas demonstrando, a Bancada de Sustentação do Governo, a Assembléia Legislativa, a não aprovação do regime de urgência, o que não impede ao presidente da sua livre iniciativa, de incluir na Ordem do Dia, a hora em que ele achar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência deixa de receber o requerimento do deputado Beraldin porque está incompleto, não consta o número dos projetos de resolução. Mas volto a afirmar a Vossa Excelência e esta Presidência dá garantia que serão colocadas na próxima semana, todas as prestações de contas que estão na Casa e que não foram votadas, inclusive do ano de 92.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero cumprimentar Vossa Excelência dentro do espírito com que assumiu esta Casa, querendo passar à limpo aquilo que a sociedade e a comunidade, especialmente dos parlamentares, querendo ver as contas dos governos anteriores, aquelas contas que não foram aprovadas.

No entanto, é preciso dizer ao deputado Rusch que diferente é analisar as contas dos governos Requião, Álvaro Dias, Richa, e as contas do governo Lerner, porque o governo Lerner vender a Copel, parte da Sanepar, privatizou a Ferroeste. Entraram recursos extra-orçamentários que a Assembléia Legislativa aprovou o orçamento do Estado, mas não analisou em definitivo, de forma oficial, as contas.

Então, se entrou recurso extra-orçamentário, é evidente que é um tema bastante palpitante.

No entanto, senhor presidente, quero aproveitar - se Vossa Excelência me permite anunciar - atendendo a deliberação do Plenário, o nosso vice-presidente deu posse hoje à Comissão Especial que vai analisar a questão da Sanepar.

Então, a primeira reunião foi feita, foi instalada a comissão. Este deputado ficando como presidente, Plauto Miró Guimarães como vice-presidente, Ricardo Chab como relator e o deputado Edson Strapasson como sub-relator e o deputado Cartário como integrante da comissão que, a partir de segunda-feira, faremos a primeira reunião para darmos início ao trabalho de investigação em relação à Sanepar, ou seja, na questão do esgoto, da água, da publicidade, enfim, um trabalho que esta Casa deve fazer através desta comissão junto à Sanepar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 947, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 960, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 961, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 962 e 964, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 969 e 970, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 972, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 973, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 976 e 977, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 979, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 980, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 981, de autoria do senhor deputado Antônio Carlos Belinati, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 983 a 986, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 987, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 978, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 648/97;
e dos Projetos de Lei nºs 663/97 e 103/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 104/99, 006/2001 e 079/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016 e 032/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 022, 067 e 071/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2000.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2001

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

Às quinze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Ani-

belli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Milton Pupio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (51). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni e Ademar Traiano (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, dos itens 01 a 03 e 05 e 06, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER destaque de discussão e votação a Proposição de veto nº 11/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa à entidades civis e militares de internação coletiva

da rede hospitalar pública e particular, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(a) NEREU MOURA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando destaque de discussão e votação a Proposição de Veto nº 11/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 138/99. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, dos itens 01 a 03, 05 e 06, constantes na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Nereu Moura, acima aprovado. Vamos votar a Discussão Única da Proposição nº 11/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do deputado Nereu Moura.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 11/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 415/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 276/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 138/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo assegurar no Estado do Paraná a prestação de assistência religiosa, nas entidades civis e militares, de internação coletiva da rede hospitalar pública e particular, cadeias públicas, penitenciárias e órgãos públicos afins.

A negativa de sanção ao projeto de lei em decorrência decorre do fato de a medida ter sido considerada contrária ao interesse público, não só por razões de segurança, no caso de cadeias e penitenciárias, mas, principalmente, pela manifestação da Secretaria de Estado da Saúde, segundo a qual:

“A prioridade no internamento, não desmerecendo o apoio espiritual, é a busca da recuperação da saúde, que é, prioritariamente, de responsabilidade do corpo médico das instituições. Se mantido o texto proposto no referido projeto, passa a ser de livre arbítrio do assistente espiritual o acesso ao enfermo, passando a segundo plano, então, as prioridades do paciente e da instituição que o assiste, podendo gerar, dessa forma, situações de risco à saúde ou de conflito.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 138/99, foi publ. no D.A. nº 172/99, de 22.11.99.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 011/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do deputado Nereu Moura que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em votação.

Pela Ordem o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos fazer a chamada e só podemos fazer a verificação de votação durante a chamada do primeiro secretário, ele vai chamando os deputados, na verificação de votação, faz-se a Chamada Nominal e na medida que os deputados vão votando vamos constatar, se tiver vinte e oito deputados presentes haverá quórum.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Se não tiver vinte e oito votos em Plenário não tem quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Automaticamente cai a sessão.

Convido ao primeiro secretário para que proceda a chamada dos senhores deputados. Convidamos o primeiro secretário, deputado Nelson Tureck, para que faça a chamada dos senhores deputados, para que possamos votar o item nº 04. Os senhores deputados que querem manter o voto, votam com a cédula sim, quem for contrário, quer derrubar o veto, votam com a cédula não.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de encaminhar a votação. Vossa Excelência vai colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós colocamos antes, mas abrimos o precedente para Vossa Excelência, para que o senhor faça o encaminhamento dessa proposição.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós apresentamos um projeto de lei e mais tarde o deputado Edno Guimarães apresentou um substitutivo ao nosso projeto de lei, apresentando a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual do Paraná.

É um projeto de lei sem nenhum impacto financeiro para o governo do Estado. Além da mais, este projeto de lei é muito claro, porque um pastor ou um padre poderão visitar um doente só se for da vontade do paciente e se for autorizado pelo médico. Quer dizer, não há porquê, não entendemos porque o governador tenha vetado este Projeto. Com certeza, entendemos que tenha sido uma má orientação da sua assessoria. Não tem nenhum reflexão financeiro para o Estado. Não cria nenhum ônus para o Estado do Paraná. E, sobretudo, autoriza que o doente, que está no hospital, receba a assistência religiosa de um pastor ou de um padre ou de quem quer que seja.

É um projeto que não tem nenhum problema. Nós achamos, inclusive, conversando com deputados da base do governo, há um entendimento de que este veto seja derrubado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos o senhor 1º Secretário que proceda, agora, a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Inicia a chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PLAUTO MIRÓ (**Pela Ordem**)

Só para comunicar que o Projeto de Lei que está sendo votado, que está em destaque, foi liberado pela bancada do governo, para ser votado de acordo com a consciência de cada um dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elio Rusch**)

(**Continua a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Continua a chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta e quatro (44) senhores deputados votaram. Convido os senhores Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk e Miltinho Puppio para fazerem parte da apuração dos votos.

Sim - seis (06) votos.

Não - trinta e oito (38).

Está mantido o projeto e rejeitado o veto.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, acima aprovado, votaremos os itens, 01, 02, 03, 05 e 06.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/99, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 392/98 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 44/98, que ficam incluídas as funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no cargo único de agente universitário da carreira do pessoal técnico-administrativo das instituições de ensino superior (IES) de que dispõe o anexo II da Lei nº 11.713 de 07.05.97. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 040/99

Curitiba, 16 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 336/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 392/98, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a inclusão das funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no Cargo Único de Agente Universitário, da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES), de que trata o Anexo II, da Lei nº 11.713,

de 07 de maio de 1997. Trata, ainda, do enquadramento de servidores das IES que exerçam funções de plantonistas e da incorporação das gratificações por plantões, a proventos de aposentadorias.

O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições do Art. 5º e seu Parágrafo Único e sobre as do Parágrafo Único do Art. 7º.

Embora os dispositivos não acolhidos tenham integrado a proposição feita através da Mensagem nº 44/98, de 16 de setembro de 1998, posteriormente tornaram-se inconstitucionais, porque a Emenda nº 20, promulgada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1998, publicada no dia seguinte pelo Diário Oficial da União, modificou vários preceitos da Magna Carta, entre os quais, profunda e substancialmente, o Art. 40 e seus parágrafos, que tratam de aposentadoria de servidores da União, Estados e Municípios, determinando que os proventos de inativação serão calculados com base na remuneração do cargo efetivo, vedando, conseqüentemente, incorporação de vantagens sazonais ou não emanantes do cargo.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 392/98 foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 162/98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 01/99

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo, que ficam incluídas as funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no cargo único de agente universitário da carreira do pessoal técnico administrativo das Instituições de Ensino Superior(es) de que dispõe o anexo II da Lei nº 11.713, de 07.05.97.

Chamada esta comissão a se manifestar, constatamos que o Veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos Favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/99, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 53/99, de autoria do deputado

Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no município de Pato Branco. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 245/99

Curitiba, 15 de julho de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 091/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 053/99, porque a medida dele constante é desnecessária e está sem objetivo, pois a unidade de nível subdepartamental a que se refere, encontra-se implantada e em funcionamento e, também, porque a criação de tais unidades opera-se por simples ato administrativo. (Lei nº 8485/87).

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de lei nº 053/99 foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 068/99, de 14.06.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 18/99

P A R E C E R :

A presente proposição dispõe sobre o veto governamental ao Projeto de Lei nº 53/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Pato Branco.

O veto foi apostado no prazo constitucional. O veto governamental é justificado pela informação prestada que a unidade de nível subdepartamental, a que se refere o projeto, encontra-se implantada e em funcionamento.

Isto posto somos de parecer pela manutenção do veto.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 08/2000, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 133/99, de autoria do deputado Miltinho Puppato, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher de Apucarana. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 382/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 252/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 133/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 133/99, foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 161/99, de 10.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 08/2000

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 133/99, de autoria do deputado Milinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo criar uma delegacia da Mulher no município de Apucarana.

Fundamentação

O referido projeto foi julgado inconstitucional porque o mesmo não teve iniciativa do Chefe do Poder Executivo, ferindo o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, não entende e não concorda com o motivo que levou o senhor governador do Estado a vetar a proposição em tela.

Lembramos aos nossos Pares que foram sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo as Leis nºs 11.727 e 12.316, que criaram Delegacias da Mulher nos municípios de Cornélio Procopio e Telêmaco Borba, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, contrariamente à justificativa apresentada.

Conclusão

Isto posto, lamentando a falta de critério para o trato da matéria pelo Poder Executivo, somos pelo envio da proposição para deliberação ao Doutor Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 21/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 451/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de São José dos Pinhais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 030/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 301/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 451/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 451/99, foi publ. em Redação Final, no D.A. nº 193/99, de 08.12.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 021/2000

P A R E C E R :

A presente Proposição-Veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 451/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 50/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 095/2000

Curitiba, 31 de julho de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 082/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 588/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 588/99, foi publ. em Redação Final, no D.A. nº 065/2000, de 30.05.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 050/2000

APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 588/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 588/99, objeto do Veto nº 050/2000, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnicas legislativas, objetos da análise desta Comissão Permanente, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação do veto nº 050/2000, aposto ao Projeto de Lei nº 588/99, razão pela qual emitimos nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Convidamos o senhor 1º secretário para que proceda a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede Chamada Nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Trinta e três (33) senhores deputados votaram.

Convido os deputados Ricardo Chab, Moysés Leônidas, Augustinho Zucchi e Divanir Braz Palma para fazer a contagem dos votos.

Enquanto se processa a apuração dos votos solicitamos as lideranças do PTB, PFL, PMDB, PSDB, PPB, PT e do PSL, para que façam a indicação dos componentes para que possamos instalar a CPI constituída por 11 membros, com prazo para 120 dias, para apurar irregularidades

na prestação de serviços de telefonia fixa e móvel, no Estado do Paraná.

Também solicitamos ao PDT, ao PL e PSB e PST, para que se reúnam para que possam fazer o sorteio para indicar um representante dos 4 partidos para integrar a mesma Comissão.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já, verbalmente, mas farei por escrito, no dia de amanhã, a indicação deste parlamentar é o deputado Luiz Carlos Alborghetti, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Resultado da votação:

Trinta e três (33) deputados votaram.

SIM, vinte e quatro (24) senhores deputados.

NÃO, sete (07) senhores deputados.

BRANCO, dois (02) senhores deputados.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 18, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 021, 07, 022, 051 e 011/2001.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Tony Garcia apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 216/99, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio

Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 040/2000, 130/2000, 213/2000, 387/2000 e 438/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária